

OPINIÃO

JULIO GOMES DE ALMEIDA

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda



O caminho da recuperação

O governo vem promovendo mudanças relevantes na economia. Estas vão desde a redução da taxa básica de juros até a contenção de certos itens de custos para a população e para a produção (a exemplo do custo de energia elétrica), passando por uma política cambial que busca conter o impacto do real valorizado sobre a competitividade da produção. Promoveu ainda políticas industriais, acelerou a desoneração tributária e barateou o crédito para o consumidor e para as empresas. Foi anunciado também um programa de vultosos investimentos em concessões ao setor privado no setor de infraestrutura.

Mais cedo ou mais tarde essas ações se traduzirão em crescimento da economia, muito embora o fator mais destacado a explicar a falta de dinamismo nos dois últimos anos, qual seja, a crise da indústria, demandará um certo tempo para a sua solução. A propósito, a gravidade da situação industrial só será captada se for levado em conta que seus determinantes são profundos e requererão continuidade de políticas para sua superação. A crise mundial desnudou o impasse da indústria brasileira por estreitar os mercados consumidores de bens manufaturados ao redor do mundo, o que potencializou a concorrência pelos poucos mercados dinâmicos existentes, como é o caso do Brasil.

O incentivo ao consumo, embora tenha beneficiado certos setores, foi incapaz de promover a recuperação do crescimento

O excesso de capacidade de produção a nível global levou à prática de baixos preços de penetração em mercados com essa característica, mas em nosso país certas condições tornaram especialmente favoráveis a conquista de mercado: a) as lacunas de nossa estrutura industrial pela não incorporação de setores representativos das revoluções industriais das três últimas décadas, a exemplo do complexo eletrônico, dos bens e serviços referentes à tecnologia da informação e comunicações, da indústria farmacêutica, além de segmentos da química fina; b) a operação industrial a custos muito elevados, particularmente em se tratando de custos sistêmicos; c) a prolongada sobrevalorização da moeda que aprofundou o efeito das distorções anteriores; d) a evolução diminuta da produtividade nos últimos cinco anos, que não compensou o crescimento de salários.

Outro traço da etapa recente da economia reside no forte declínio do investimento, tanto privado quanto público. A política econômica procurou reproduzir em 2012 o êxito obtido em 2009, quando o incentivo tributário ao consumo de bens duráveis contribuiu para que a economia reagisse bem ao contágio da crise global. Desta feita, como a estagnação é determinada simultaneamente pela crise industrial e pela queda do investimento, o incentivo ao consumo, embora tenha beneficiado certos setores, foi incapaz de promover a recuperação do crescimento. Esta exigiria a retomada das inversões.

A economia já está crescendo mais, o que em parte equivale a uma mera compensação pelo baixo nível de atividade no início do ano passado. Um processo mais sustentado virá com a reativação do investimento e quando a indústria mostrar sinais de que está conseguindo minorar seus problemas. ■